


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
 FORO DE SÃO CARLOS  
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
 Rua Sorbone, 375  
 São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1011473-58.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Ana Paula Belmonte propõe ação contra Fazenda Pública do Estado de São Paulo aduzindo que é auxiliar de necropsia, em efetivo exercício, e nessa condição recebe o ALE – Adicional de Local de Exercício. Afirma que a ré fazia incidir sobre tal parcela o desconto previdenciário, ao contrário do que previa a Lei Complementar Estadual nº 1.012/07 em seu art. 8º, que expressamente proibia. Afirma que a incidência do desconto somente é devida a partir da edição da Lei nº 1.197/13 que absorveu a rubrica – ALE. Requereu o reconhecimento da ilegalidade da cobrança previdenciária sobre o adicional de local de exercício, respeitada a prescrição quinquenal e a condenação da ré a devolver o valor de R\$ 2.032,12, corrigido, a título de repetição de indébito.

Em contestação (fls. 109/116) aduziu a ré, preliminarmente, ser parte ilegítima, e, no mérito, que não existiu qualquer irregularidade na incidência do desconto previdenciário sobre a parcela do ALE, já que este serve de base para a aposentadoria do servidor, não havendo que se falar, portanto, em repetição de indébito.

Réplica a fls. 130/142.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Quanto à preliminar de **ilegitimidade passiva**, há que ser afastada, por aplicação da jurisprudência **predominante** (com exceção à 13ª Câmara de Direito Público) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, à qual curva-se este magistrado, que tem posicionamento pessoal distinto.

Vejam-se os seguintes precedentes, os quais já servem ainda de exame de **mérito** da

**1011473-58.2016.8.26.0566 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
 FORO DE SÃO CARLOS  
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
 Rua Sorbone, 375  
 São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

pretensão deduzida, pois adiantam o entendimento deste magistrado pela procedência.

SERVIDORES ESTADUAIS – Agentes de Segurança Penitenciária – Não incidência da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de Adicional de Local de Exercício entre julho de 2011 e fevereiro de 2013 – **Preliminar de ilegitimidade passiva afastada, já que competia à ré efetuar os descontos mensais da contribuição – Artigo 8º, §1º, item 6, que exclui expressamente as verbas pagas em decorrência do local de trabalho dos descontos previdenciários** – Recurso não provido. (Ap. 1001080-54.2016.8.26.0411, Rel. Aliende Ribeiro, 1ª Câmara de Direito Público, j. 13/12/2016)

APELAÇÃO – CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – Pretensão de restituição dos valores descontados indevidamente dos vencimentos mensais dos servidores sobre o valor do Adicional de Local de Exercício (ALE) – Procedência da ação pronunciada em Primeiro Grau – Irresignação fazendária – **Descabimento – Preliminar de ilegitimidade passiva da FESP afastada - Inadmissibilidade dos descontos realizados sobre o Adicional de Local de Exercício antes de março de 2013** – Aplicação do art. 8º, § 2º, da LCE nº 1.012/07, que prevê a possibilidade de opção de inclusão pelo servidor, na base de cálculo da contribuição, da gratificação decorrente do local de trabalho – Situação que perdurou até o advento da Lei Complementar nº 1.197/2013 que absorveu os valores da ALE nos vencimentos dos integrantes das carreiras da Polícia Civil, Militar e de Agentes de Segurança Penitenciária – Pequena correção que se faz apenas quanto ao termo a quo dos juros moratórios, por se tratar de repetição de indébito – Aplicação da Súmula n.º 188 do STJ – Recurso parcialmente provido. (Ap. 0008372-31.2014.8.26.0168, Rel. Rubens Rihl, 1ª Câmara de Direito Público, j. 13/12/2016)

Servidora estadual – Contribuição previdenciária – Pretensão no sentido de ser declarada indevida a incidência da referida contribuição sobre o Adicional de Local de Exercício (ALE), com a consequente restituição dos valores já descontados – **Ilegitimidade passiva da Fazenda do Estado – Inocorrência – Admissibilidade do pedido – Interpretação das disposições Lei da Complementar nº 1.012, de 2007 e alterações posteriores - Precedentes** – Sentença de procedência da ação – Desprovimento dos recursos, considerado interposto o oficial, para manter a r. sentença recorrida, também por seus próprios e jurídicos fundamentos. (Ap. 0001898-66.2015.8.26.0311, Rel. Osvaldo Magalhães, 4ª Câmara de Direito Público, j. 01/08/2016)

Apelação – Pretensão dos autores, servidores estaduais, à devolução de valores descontados a título de contribuição previdenciária, incidentes sobre o ALE (Adicional de Local de Exercício), relativamente ao período de novembro de 2010 a março de 2013 – **Inteligência do art. 8.º, da Lei Complementar n.º 1.012/07, que exclui expressamente a incidência da contribuição previdenciária sobre as parcelas**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho e sobre as demais vantagens não incorporáveis instituídas em lei – Devida a restituição da contribuição previdenciária que incidiu sobre o ALE – Preliminar de ilegitimidade passiva afastada –** Juros nos termos do art. 161, § 1.º, do Código Tributário Nacional e correção monetária conforme a Tabela Prática desta E. Corte – Recurso de apelação da ré desprovido, parcialmente provido o reexame necessário considerado interposto. (Ap. 1000238-20.2015.8.26.0311, Rel. Renato Delbianco, 2ª Câmara de Direito Público, j. 05/07/2016)

APELAÇÃO – SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – POLICIAL MILITAR – VANTAGENS – Pretensão de restituição da contribuição previdenciária incidente sobre o Adicional de Local de Exercício (ALE) – Ato praticado na vigência do antigo CPC – Aplicação do artigo 14 do novo CPC – ILEGITIMIDADE PASSIVA – Descabimento – **Demanda versa pagamento de contribuição previdenciária, afetando de forma comum a Fazenda do Estado, responsável pelo pagamento dos proventos do apelante, e da SPPREV, órgão responsável por administrar a folha de pagamento das pensões e aposentadorias da administração direta e indireta do Estado – ADICIONAL DE LOCAL DE EXERCÍCIO – A LCE nº 1.012/2007 exclui expressamente a incidência da contribuição previdenciária sobre as parcelas remuneratórias pagas em decorrência do local de trabalho, quando não incorporáveis para fins de aposentadoria – Não incidência sobre o ALE, por ter caráter por labore faciendo, condicionado ao preenchimento de determinadas circunstâncias –** Com a edição da LCE nº 1.197/2013, o ALE foi absorvido nos vencimentos, passando a ter cunho efetivamente genérico – Possibilidade de inclusão do ALE na base de contribuição previdenciária somente após a vigência da LCE 1.197/13 – Restituição devida a partir da entrada em vigor da LC 1.012/07 até o advento da LCE 1.197/13 – Sentença de procedência mantida – Reexame necessário e recurso de apelação improvidos. (Ap. 1009280-86.2014.8.26.0066, Rel. Maurício Fiorito, 3ª Câmara de Direito Público, j. 17/05/2016)

Quanto ao mérito, com efeito, dispõe o artigo 8º da Lei Complementar nº 1012/2007:

**Artigo 8º. A contribuição social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, ativos e dos militares do governo de São Paulo**, para manutenção do regime próprio de previdência social do Estado de São Paulo, incluídas as autarquias e fundações, será de 11% (onze por cento) e incidirá sobre a totalidade da base de contribuição.

§ 1º. Para os fins desta lei complementar, entende-se como base de contribuição o total dos vencimentos do servidor, incluindo-se o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei ou por outros atos concessivos, dos adicionais de caráter individual e de quaisquer outras vantagens, **excluídas:**  
(...)


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**6. As parcelas remuneratorias pagas em decorrência de local de trabalho.** *(grifei)*

Da leitura do citado dispositivo retira-se que a contribuição previdenciária, no percentual estabelecido, deve incidir sobre a totalidade da remuneração.

Todavia, excetuam-se as verbas elencadas as **vantagens decorrentes do local de trabalho**, como é o caso do *ALE* – Adicional de Local de Exercício.

Com o advento da Lei Complementar nº 1.197/2013, houve a definitiva incorporação do Adicional de Local de Exercício – *ALE* nos vencimentos dos agentes de segurança penitenciária, policiais militares e para as carreiras da polícia civil, de modo que, a partir de então, em razão da incorporação, o extinto *ALE* passa a fazer parte da base de cálculo da contribuição previdenciária.

Assim, diante da expressa previsão de Lei, incorreta a interpretação dada pela Fazenda que fez incidir os descontos da contribuição previdenciária sobre o *ALE* - Adicional de Local de Exercício, percebido pela autora.

Ademais, **a ré não comprovou, como lhe cabia, que a autora optou pelo desconto** ante o que prevê o art. 8º § 2º da Lei Complementar nº 1.012/07.

*In verbis:*

**Art. 8º (...)**

**§ 2º - O servidor titular de cargo efetivo poderá optar pela inclusão na base de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho**, de exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do seu benefício previdenciário, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º do artigo 40 da Constituição Federal. *(grifei)*

Quanto aos valores indicados na inicial e planilha de fls. 20/21, ausente impugnação da ré, devendo então serem acolhidos.

Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE a ação, para o fim de DECLARAR indevida a incidência de contribuição previdenciária sobre o *ALE* – Adicional de Local de Exercício no período de julho/2007 a março/2013, observando-se a prescrição quinquenal, e CONDENAR a requerida a restituir os valores equivocadamente descontados, na forma simples, no valor de R\$ 2.032,12 (outubro/2016).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

A atualização monetária seguirá a Tabela do TJSP para débitos da Fazenda Pública – Modulada, e os juros moratórios serão os aplicados à caderneta de poupança na forma da Lei nº 11.960/09.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado da fazenda pública.

P.I.

São Carlos, 23 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**